

Nossa Necessidade Por Recursos Naturais: crise no abastecimento de água de Campina Grande no período de 1951-57

Michelangelo Bezerra Batista\*

E-mail: [michelangelobatista@yahoo.com.br](mailto:michelangelobatista@yahoo.com.br)

Ao falarmos em meio ambiente, abrimos inúmeras possibilidades de temas ou estudos a serem elaborados. Nesta investida na natureza, encontramos a História Ambiental, nos proporcionando uma visão do Homem como parte integrante deste meio natural, com todo tipo de ações moldando este meio, mas também sendo condicionado por ele.

Assim, surge a afirmativa de que estamos em dependência dos recursos proporcionados pela natureza, e de que damos significação a esta mesma natureza inserindo-a em questões políticas e econômicas. Estas são propostas analisadas neste trabalho, tendo como ponto de partida um elemento essencial à vida humana na terra, a *água*. Delimitando-me especificamente à cidade de Campina Grande, entre 1951 e 1957, a partir de seu abastecimento de água.

Para uma melhor compreensão de como estamos inseridos na natureza e conseqüentemente dependentes dela, o trabalho está dividido em três partes: de início será analisada a contribuição da História ao se tratar do meio ambiente; em seguida será abordada a posição da sociedade diante da natureza; e por fim, a crise de abastecimento de água em Campina Grande na década de 1950, demonstrando como estamos em dependência da natureza, assim como esta ganha significação em nosso desenvolvimento cultural a partir de fatores político-econômicos.

### **História e Natureza**

O meio ambiente tornou-se tema bastante recorrente em nossos dias. Não que nunca tivesse sido abordado em estudos anteriores ao nosso período. O grande diferencial é a ênfase dada na atualidade, a partir da preocupação com os impactos ambientais e a própria condição de existência do ser humano neste ambiente, que em

---

\* Graduando do curso de História da Universidade Federal de Campina Grande e pesquisador do Grupo de Pesquisa em História Socioambiental e Etnohistória Indígena – UFCG.

um ritmo maior se torna bastante degradado oferecendo complicações para nossa sobrevivência e de outros seres, que também se tornam alvos das investidas humanas.

As preocupações com o meio ambiente têm despertado as atenções em várias partes do planeta e de culturas as mais diversas. “A questão ambiental adquiriu uma grande importância nas últimas décadas” (MARTINEZ, 2006: 11). Poluição das águas e do ar, acidentes ecológicos por indústrias químicas, desmatamento de florestas, extinção de espécies animais e vegetais, aquecimento global, etc. – são várias as manchetes e discussões a partir da problemática ambiental presentes no nosso cotidiano. Por muito tempo se acreditou que a natureza fosse fonte inesgotável de recursos naturais, ou que, utilizando-me agora das palavras de Marcos Lobato Martins, a natureza representasse “palco silencioso e estático da história, porque o dinamismo estaria depositado exclusivamente na esfera da ação humana” (MARTINS, 2007: 29).

Mas, qual seria o papel da história diante da natureza?

“Diz-se algumas vezes: ‘A história é a ciência do passado.’ É [no meu modo de ver] falar errado” (BLOCH, 2001: 52). Como nos sugere o próprio Marc Bloch, a preocupação da História não estaria apenas limitada ao passado, mas também ao tempo presente. A partir desta consideração, podemos concluir que a produção do conhecimento histórico se faz em conformidade com o seu tempo, de acordo com a mentalidade de sua época, de acordo com as problemáticas e questionamentos do sujeito situado em seu próprio tempo e sociedade. Assim, em torno das preocupações com o meio ambiente, na medida em que se intensificavam conferências a esse respeito e movimentos ambientalistas em vários países, é que se desenvolve a História Ambiental em meados da década de 1970. Esta, preocupada em situar o ser humano dentro da natureza.

A partir da História Ambiental podemos perceber não mais uma natureza como algo “estático na história”, apenas passível das ações humanas, mas como elemento condicionante das sociedades. “Agora chega um novo grupo de reformadores, os historiadores ambientais, que insistem em dizer que podemos ir ainda mais fundo, até encontrarmos a própria terra, entendida como um agente e uma presença na história” (WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991). Esta nova abordagem historiográfica abre leque a uma nova perspectiva, de pensar as sociedades em interação com a natureza, e não de forma dicotômica.

A História Ambiental não estaria vinculada ao reducionismo de apenas estudar os recursos naturais, ou melhor, de elaborar uma história do meio ambiente por si só. Mas tem a tarefa de inserir o Homem na natureza, caracterizando-o como elemento desta. Ao estudarmos o meio ambiente, estamos estudando o ser humano, porque é na natureza que vivemos e que se passa todo nosso cotidiano. Natureza a qual se relacionam as pessoas, e criam sociedades culturalmente construídas. Sociedades que adotam formas específicas de existência, e que vão se formando as peculiaridades dos vários povos. Características sociais que são formadas e transformadas em um processo de interação com a natureza. Faz-se necessário considerar que o Homem é parte deste meio, e independente dele a natureza existe. “Não há razão para pensar que a vida na terra desaparecerá com a eventual extinção da espécie humana” (MARTINS, 2007: 29). Mas, como agente transformador desta, ele acaba por condicionar e ressignificar o meio em que vive, ao tempo em que também se torna condicionado por este meio. Desta forma, assim como o Homem, o meio ambiente é historicamente construído. Além de que, a natureza vinculada ao processo cultural humano, se torna fruto da abstração deste último, ou seja, o homem constrói a natureza histórica e socialmente prestando-lhe significações.

De acordo com Donald Worster, o objetivo principal da História Ambiental se tornou em “aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural, e inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados” (WORSTER, op. cit.). Complementando esse pensamento: “O meio ambiente constitui, assim, estimulante porta de entrada para a compreensão de todas as sociedades... além de conter um valioso potencial para a construção do conhecimento histórico” (MARTINEZ, 2006: 23). Assim, não se busca explicar os fatos sociais apenas pelos fatos sociais, como na proposta de Durkheim. Na consideração de que o Homem faz parte da natureza, logo esta se torna fundamental na compreensão das sociedades. Afinal, o ser humano é um ser cultural.

### **Sociedade e Natureza**

Por muito tempo se acreditou, principalmente a partir dos preceitos do cristianismo, que o ser humano fosse superior a qualquer outra espécie, e que tivesse o controle sobre a natureza. Assim, o Homem poderia usufruir de tudo o que a natureza

pudesse oferecer sem qualquer preocupação, pois ela era fonte inesgotável de recursos naturais.

Como já foi citado, de algumas décadas para cá, passou-se a ter grande preocupação com o meio natural, pois a existência humana está sendo ameaçada. Para que isso possa ser retardado é preciso que haja mudanças no paradigma da vida pessoal de cada indivíduo e que haja nova postura diante da natureza. Não quero fazer aqui um discurso ambientalista, mas estas considerações são suficientes para percebermos que não existem dois elementos, o Homem e a natureza de forma separada e distinta, mas que o primeiro está inserido no segundo. O que existe é um ecossistema, onde vários elementos se influenciam mutuamente, dentre eles o Homem.

É na natureza que vivemos. E dela extraímos os recursos que nos possibilitam a construção de todos os objetos por nós produzidos. Se pensarmos de que elementos são formados todos os equipamentos participantes do nosso dia-a-dia, veremos que tudo é possível a partir de recursos naturais: os carros, as casas, roupas, as mobílias de um lar, enfim, por todos os lados estão os elementos da natureza, a qual fazemos parte. Como seres culturais, extraímos determinados recursos e os moldamos a fim de formar instrumentos capazes de satisfazerem nossas necessidades.

Mas, nossa vivência na natureza é bem mais que isso. Alguns elementos por ela fornecidos é que possibilita a vida humana na terra, como exemplo, e é o elemento que vou me deter neste trabalho, temos a *água*. Nossa relação com a natureza é mais complexa que o reducionismo de produções a partir de seus recursos, é refletido na necessidade que temos de fazer uso de seus elementos para garantirmos nossa existência, e dentro deste processo, considerando que existem recursos renováveis bem como não-renováveis.

Pensando ser um recurso renovável, várias sociedades utilizaram a água de forma abusiva. Até descobrirem que se tratava de um recurso limitado, e devido à utilização desenfreada, se tornando escassa.

A água também representa um elemento condicionante do Homem em sua vida pessoal e social. Comumente ela é alvo de fatores econômicos e políticos. Mais recentemente, vários jornais noticiaram, e noticiam, a questão da transposição do Rio São Francisco, que bem mais que beneficiar populações com abastecimento de água, vem representando interesses políticos e econômicos, assim como se tornou tema de debates para ambientalistas. A água também condiciona o processo de povoamento de várias localidades: como exemplo, em Campina Grande, no processo de interiorização

da colonização portuguesa na Paraíba, Teodósio de Oliveira Ledo acaba por fundar uma aldeia (Campina Grande), “alcançando o lado setentrional da grande campina, reservara a margem dum riacho (Piabas) para a localização daquela gente” (CÂMARA, 2006: 21), percebemos assim que Teodósio de Oliveira Ledo buscou proximidade com fontes de água.

A água é utilizada em nossos lares, na agricultura, nas indústrias, como fonte de energia, etc. Nossa necessidade por ela é inegável. Se fosse tentar descrever as diversas possibilidades de estudos a respeito deste recurso, diria que se tornaria tarefa impossível. O que pretendo, a partir de então, é estabelecer relação entre o desenvolvimento urbano de Campina Grande e seu crescimento demográfico, e mais precisamente a crise em seu abastecimento de água entre os anos de 1951 a 1957, para demonstrar mais uma vez que a água – percebendo-a como recurso natural – permanece como fator necessário, mas que se torna limitante nas sociedades quanto às questões político-econômicas.

### **Campina Grande e a crise de abastecimento na década de 1950**

De início, é importante considerarmos que Campina Grande, no decorrer do século XX, foi aumentando seu índice de importância econômica a nível regional, sendo vista como uma das principais cidades interioranas do Nordeste. Alguns fatores vão contribuir imensamente para esta postura obtida pela cidade: o “ciclo do algodão”; algumas conquistas simbólicas indicando aspectos do moderno, como o trem de ferro, a luz elétrica, etc<sup>1</sup>; e a reforma urbana no mandato de Vergniaud Wanderley, que transformou o aspecto físico da cidade, buscando tornar esta, local de atenções para investidores e visitantes<sup>2</sup>.

Assim, Campina Grande se apresentava, no período pretendido por este trabalho, de 1951-1957, e o que Gervácio Batista Aranha caracteriza em período anterior, como

---

<sup>1</sup> A este respeito, sobre aspectos da modernidade obtidos por Campina grande no início do século XX, ver: ARANHA, Gervácio B. Seduções do moderno na Parhyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925). In: AGRA DO Ó et al. **A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural**. João Pessoa: Idéia. 2003, Pp. 79-132.

<sup>2</sup> Em busca de maior referência sobre a reforma urbana em Campina Grande no mandato de Vergniaud Wanderley, ver: SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). **Revista Brasileira de História**, vol. 23, n.46. São Paulo: ANPUH, 2003, Pp. 61-92. Este mesmo texto é parte da tese de doutorado de Fábio G. R. B. de Sousa, intitulada **Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande – 1920-1945**. Doutorado em História, Campinas, Unicamp, 2001.

“cidade em sintonia com o mundo *civilizado*” (ARANHA, 2003: 67), cidade em posse de conquistas materiais que se inserem como símbolo do moderno. Desta forma, Campina Grande acaba atraindo atenções de seus próprios moradores, bem como de investidores e visitantes, e de pessoas de outras localidades que acabam por vir habitar na cidade.

Mas, apesar do dito desenvolvimento alcançado, um fator importante não acompanhava, na década de 50, esta arrancada “desenvolvimentista” em que passava a cidade desde o início do século XX. Refiro-me aqui ao abastecimento de água. Analisando os periódicos da época, podemos perceber o quanto se fazia necessário e urgente, providências que regularizassem o abastecimento de água da cidade.

De acordo com um censo demográfico realizado em 1950 pelo IBGE, Campina Grande se encontrava entre os treze municípios do Brasil:

Com efeito, a ‘Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1950, que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas editou desde março último, mostrou, com a evidência incontestável dos números, que Campina Grande é o décimo terceiro município do Brasil<sup>3</sup>.

Isso elevou a importância da cidade com o aumento demográfico e o fato de está entre os treze municípios do país, bem como o próprio aumento é reflexo do desenvolvimento alcançado. Mas apresentou, por consequência, um fator negativo: o abastecimento de água não acompanhou o ritmo do crescimento populacional da cidade, e, conseqüentemente, não supria de forma regular as necessidades de água da população: “...estamos com racionamento d’água ou digamos, a cidade está sendo abastecida com menos de 4.000 metros cúbicos , quando são precisos 8.000 metros. Isso agora no inverno e na seca?”<sup>4</sup>. Fica claro que a capacidade de abastecimento era menor que as exigências do número populacional.

Esta problemática ficará sob resolução do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas)<sup>5</sup>, que encontrará a resolução na construção do Boqueirão:

O término da barragem é motivo de grande satisfação para a nossa região, uma vez que com o Açude Boqueirão teremos água, peixes, produção agrícola e energia para nossa terra sem se falar na regularização de regime no Rio Paraíba do Norte<sup>6</sup>.

---

<sup>3</sup> **O Rebate**, Campina Grande: nº 927, 07/7/1951, p.1

<sup>4</sup> **O Rebate**, Campina grande: nº 929, 14/7/1951, p.1

<sup>5</sup> O DNOCS foi criado em 1909 sob o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), com o objetivo de combater as secas do Nordeste – embora esta ligada ao Norte –, dentro de uma política de recursos hídricos para a região. Em 1919, este órgão passa a se chamar Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), para somente em 1945 receber o nome de Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Vê-se a grande importância representada pela barragem para a cidade, que queria a solução daquele, que no momento, representava seu maior problema, o abastecimento de água: “...acredito que as providências de S. Excia, O Governador, não tardarão a se fazer sentir, de forma a ser atacado dentro do mais curto prazo possível, o maior problema da cidade – ampliação do Serviço d’Água e Esgotamento”<sup>7</sup> .

O problema de abastecimento de água em Campina Grande, na década de 1950, se insere no discurso da seca nordestina, ou como preferem dizer alguns, na “indústria da seca”. Alimentando o que Durval Muniz de Albuquerque caracterizou como produção imagético-discursiva do Nordeste: “O Nordeste é uma produção imagético-discursiva formada a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente, em relação a uma dada área do país” (MUNIZ, 1999: 49). A esse respeito, Gervácio Batista Aranha cita que: “O que existiu foi a instituição imaginária (...) de uma porção do antigo Norte considerada seca, ‘flagelada’, ‘sofrida’, a qual naturalmente foi mudando de nomenclatura” (ARANHA, 2006: 92). Essa região que foi mudando de nomenclatura, que era porção do antigo Norte, é o Nordeste.

Esta emblemática de um Nordeste flagelado fomenta a “indústria da seca” e sua suposta “teatralização”, como adverte Gervácio B. Aranha: “Ora, se a seca era real, assim como seus efeitos, sua dramatização era algo fabricado teatralmente, dramatização para fins políticos” (ARANHA, 2006: 97). O discurso da seca foi utilizado – e ainda o é – por políticos intencionados em angariar recursos econômicos. Mas este apelo acabou por fortalecer a construção-imagética sobre o Nordeste representado pelas secas e subdesenvolvimento.

Ficando evidente que, além de representar melhorias para a população, a questão do abastecimento em Campina Grande faz parte também de certa intencionalidade política, bem como a barragem do Boqueirão acabou por entrar na economia da cidade.

### **Fontes Primárias:**

**O Rebate**, Campina Grande: n° 927, 07/7/1951, p.1.

**O Rebate**, Campina Grande: n° 929, 14/7/1951, p.1.

**O Rebate**, Campina grande: n° 1424, 27/10/1956, p.1.

---

<sup>6</sup> **O Rebate**, Campina Grande: n° 1424, 27/10/1956, p.1

<sup>7</sup> **O Rebate**, Campina Grande: n° 929, 14/7/1951, p.1

### **Referências Bibliográficas:**

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. Geografia em Ruínas. In: **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. São Paulo: Cortez, 1999, Pp. 39-106.

ARANHA, Gervácio B. Seduções do moderno na Parhyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925). In: AGRA DO Ó et al. **A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural**. João Pessoa: Idéia. 2003, Pp. 79-132.

\_\_\_\_\_. A seca como “mote” para as reivindicações ferroviárias: teatralização política e produção imaginária de um Norte “sofrido”. In: **Trem e Imaginário na Paraíba e Região: tramas político-econômicas (1880-1925)**. Campina Grande: EDUFPG, 2006, Pp. 89-130.

CÂMARA, Epaminondas. **Os Alicerces de Campina Grande: esboço histórico-social do povoado e da vila (1967 a 1864)**. 3ª ed., Campina Grande: Ed. Cavela, 2006, Pp. 20-34.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 20ª ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINS, Marcos Lobato. **História e Meio Ambiente**. São Paulo: Annablume; Faculdade Pedro Leopoldo, 2007.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). **Revista Brasileira de História**, vol. 23, n.46. São Paulo: ANPUH, 2003, Pp. 61-92.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.